

A PECUÁRIA GAÚCHA EM QUESTÃO

*Claudio Einloft**

Em entrevista coletiva que concedeu ao assumir a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Marcos Palombini disse que não há nada a fazer para mudar a pecuária, que a seu ver não é rentável e não apresenta valor social. Posteriormente, em entrevista publicada no Caderno de Economia de **Zero Hora**, em 26 de março de 1989, o novo titular da pasta voltou a abordar o tema, desta vez para afirmar que "(...) toda a produção tem que ter um valor social. Para que tenha esta finalidade, é preciso haver produtividade. Hoje, a pecuária não é a atividade que apresenta o maior índice de rentabilidade por hectare/ano. Também não é a que apresenta o maior valor social, na geração de empregos e na circulação de dinheiro." Essas declarações, além de não terem sido bem recebidas pelos pecuaristas, também podem servir para uma reflexão a respeito da bovinocultura de corte do Rio Grande do Sul.

Difícilmente alguém não concordaria com a afirmação de que "toda a produção tem que ter um valor social". Ainda que se possa discutir interminavelmente sobre o conceito de "valor social", pode-se dizer que até mesmo o tema indústria bélica, à medida que auxilia a resolver o problema crônico do desemprego. Todavia é no mínimo estranho que o Sr. Secretário não reconheça valor social numa atividade que tem o inquestionável mérito de produzir para o consumidor brasileiro uma das carnes mais baratas do mundo.

A pecuária de corte, com efeito, nos moldes em que é praticada no Rio Grande do Sul — como de resto em todo o território nacional —, até hoje tem permitido que a carne bovina, uma das melhores e mais nobres fontes de proteína natural, seja produzida a custos extremamente baixos. Ao contrário do que pensa a maioria das pessoas, que por um erro de enfoque acredita que a carne seja cara, esse produto chega à mesa do consumidor urbano no Brasil a um preço irrisório, se comparado com o que se pratica nos mais importantes países do mundo. Não há como negar, entretanto, que o poder aquisitivo da ampla maioria da população brasileira é muito reduzido, o que faz com que o consumo médio anual de carne bovina por habitante se situe ao redor de 13kg, sem dúvida alguma também um dos mais baixos do mundo. É nesse paradoxo que radica o grande dilema com que se

* Economista da FEE.

defronta a pecuária bovina no País. E essa contradição, como parece evidente, não pode ser resolvida pelos pecuaristas.

Ninguém discute, e já foi repetido "ad nauseam" até mesmo por quem nada entende do assunto, que a pecuária gaúcha — como a brasileira —, quando confrontada com padrões internacionais, apresenta baixa produtividade. Isso pode ser constatado através de vários índices zootécnicos, como taxas de natalidade e de mortalidade, idade da primeira cria e intervalo entre partos nas fêmeas, idade de abate nos machos e, sobretudo, através do desfrute do rebanho. Este último, na verdade, pode ser encarado como o indicador-síntese que resulta da ação combinada dos demais e que, por isso, também tem um significado mais amplo.

A taxa de natalidade no rebanho bovino gira em torno de 50% ao ano, ou seja, do total de fêmeas em condições de parir, apenas a metade o está fazendo. Isso quer dizer que a vaca tem um terneiro a cada dois anos, quando o ideal apontado por pesquisadores seria que o intervalo entre partos fosse de 12 meses. Quanto à idade da primeira cria, não se poderia admitir que fosse superior a três anos, mas é muito comum ser esta a idade do primeiro entouramento. De outro lado, a idade de abate nos machos também não deveria ultrapassar os três anos, não sendo impossível obter novilhos com 15 arrobas terminados antes dos 18 meses.

Em geral, utiliza-se a taxa de abate como indicador do desfrute, em que a pecuária de corte no Brasil apresenta um índice muito baixo, ao redor de 12%, ao passo que na vizinha Argentina facilmente se atinge o dobro. O dado mais importante, porém, é o que se refere à produção de carne por animal no rebanho, já que ele dá uma idéia melhor do desempenho da atividade criatória. Assim, por exemplo, enquanto no Japão, em 1987, se conseguia 120kg de carne por animal no rebanho, em nosso País esse total era de apenas 25kg ao ano. Já a Argentina obtinha 53kg, enquanto o Uruguai chegava a 38kg.

Outro indicador relevante para a análise do desempenho da pecuária de corte é a produtividade física da terra. A produção média nacional de carne por hectare/ano gira em torno de 50kg. A média no Rio Grande do Sul também fica nesse nível, mas não são raros os estabelecimentos rurais que atingem mais de 150kg de boi por hectare/ano. Casos há, inclusive — e não são de estações experimentais —, em que são produzidos 1.000kg/hectare/ano. Porém, tomando-se a média nacional, é evidente que uma comparação com a produtividade obtida nas lavouras de grãos ou em outras culturas comerciais deixa a pecuária em nítida posição de inferioridade. Isso explica por que a atividade criatória vai sendo deslocada das terras mais férteis, aptas ao estabelecimento de cultivos agrícolas, passando cada vez mais a ocupar solos impróprios para os mesmos, ou muito pobres ou depauperados.

Não resta a menor dúvida de que haveria condições de alcançar índices de desempenho muito mais satisfatórios. O principal fator determinante da baixa produtividade do rebanho nacional é a sua alimentação. Especialistas no assunto consideram que 80% dos problemas da pecuária de corte no País poderiam ser resolvidos através de um adequado atendimento das necessidades nutricionais dos animais, aí compreendida uma equilibrada suplementação mineral. Índices zootécnicos mais elevados também podem ser alcançados através de técnicas de manejo. Além disso, o criador deve buscar a melhoria genética e ter cuidados com a sanidade do rebanho. Nesse aspecto, as vacinações, a dosificação sistemática com vermífugos e o controle dos carrapatos assumem particular importância.

Antes de qualquer outra coisa, portanto, é necessário melhorar o sistema de alimentação animal. Para tanto, deve-se levar em conta, em primeiro lugar, que a capacidade de alimentação das pastagens depende fundamentalmente da maior ou menor fertilidade do solo. Como parece óbvio, a produção de pasto varia conforme a composição vegetal que constitui os campos nativos. Há pastagens que produzem de 20 a 25% de sua massa verde durante o outono e inverno e de 75 a 80% na primavera e verão, enquanto outras praticamente só o fazem nestas duas últimas estações. Aliás, a sazonalidade da produção pecuária resulta exatamente da menor produtividade das plantas forrageiras durante o inverno.

Como se sabe, o inverno rigoroso no Sul, com ocorrência de geadas fortes, queima as pastagens naturais e deixa o gado sem alimento, fazendo com que muitos animais cheguem a perder quase um quilograma por dia. Além de causar a perda de peso, a alimentação deficiente é igualmente responsável pelo elevado e vergonhoso índice de mortalidade do gado que se verifica durante o inverno no Estado. Contudo o estabelecimento de pastagens artificiais de inverno não basta para resolver o problema da alimentação do gado nesta estação do ano, porque a produção das gramíneas hibernais é inferior à das estivais.

Por conseguinte, o melhoramento das pastagens naturais e/ou a implantação de pastagens artificiais é o primeiro passo no aperfeiçoamento da criação, mas deve ser seguido por outros, como a fenação ou a ensilagem. As últimas são importantes porque a própria pastagem artificial não é suficiente para um produtor que pretenda obter um índice de 90% de prenhez de suas matrizes ou que deseje vender novilhos com 450kg de peso vivo aos dois anos. Ademais, é necessário lembrar que não existe uma gramínea ou um capim que cresça, em iguais condições, durante o ano inteiro. De outro lado, se no Sul há condições favoráveis a forrageiras de inverno, que são alimentos de boa qualidade, estas têm um custo de implantação muito alto.

Pesquisas têm revelado que é de fundamental importância a consorciação da pastagem com leguminosas, pois elas, além de proporcionarem aos animais uma alimentação mais rica, contribuem para o desenvolvimento das gramíneas através da adubação nitrogenada. São conhecidas, porém, as dificuldades em estabelecer leguminosas na maioria dos solos do Rio Grande do Sul, em virtude de sua elevada acidez e generalizada deficiência em fósforo.

Também é mister que se leve em conta que uma grande quantidade de macro e micronutrientes é retirada anualmente do solo através do pastoreio. Esses nutrientes deveriam estar sendo repostos, o que na avassaladora maioria dos casos não está acontecendo. De um modo geral, por conseguinte, ainda hoje uma das principais características da pecuária de corte no Brasil é o "extrativismo". Na França, por exemplo, para manter suas famosas pastagens consorciadas, onde sobressaem a fáláris, o azevém, o cornichão e vários tipos de trevo, é comum que a cada três anos a acidez das terras seja corrigida com calcário e que anualmente sejam aplicados 250kg de superfosfato por hectare. No nosso País, basta considerar o custo da correção do solo para se chegar à conclusão de que é um verdadeiro prodígio que a pecuária teime em sobreviver.

Já se disse que a pecuária bovina no Brasil poderia apresentar uma produtividade muito mais elevada do que a atual. Porém não se pode incorrer no grave equívoco de comparar índices de desempenho alcançados numa estrutura de custos altos com os obtidos com custos baixos. Por natureza, o bovino é um transformador de alimentos de baixo valor nutritivo e não utilizados na alimentação humana — pasto e palha — em alimentos de altíssimo valor para o homem. Nas condições em que se processa a bovinocultura nos Estados Unidos e na França, por exemplo, o bovino em confinamento praticamente deixou de ser um ruminante e em certo sentido passou a competir com o homem em termos de alimentação, uma vez que os grãos chegam a representar mais de 80% do que consome. Na França, um terneiro que é desmamado aos oito meses pode chegar aos 18 com 600kg e ser vendido por 9.500 francos, mas a um custo de 8.000 francos para o confinador.

Como é fácil inferir, nas condições brasileiras é inviável querer obter, por meio dos aludidos métodos de arraçoamento, ganhos de peso comparáveis aos europeus, de até 1 a 1,2kg por cabeça/dia, sem incorrer em graves prejuízos. É por isso que não se confina gado no Brasil com vistas a elevar a taxa de desfrute mediante melhores índices de precocidade ou de ganho de peso, que podem ser obtidos através de uma alimentação adequada. Se nos Estados Unidos 75% do rebanho de engorda é confinado ou terminado em confinamento, aqui é impossível confinar boi o ano inteiro, porque essa atividade não consegue concorrer em pé de igualdade com o animal de pasto, devido aos custos mais elevados. No nosso País, como diz um conhe-

cido dirigente da Associação Brasileira de Confinadores (ABRACO), "o confinador tem que ser um bom especulador". Isso porque ele ganha em função da escassez, pois vende o boi gordo na entressafra, quando o preço real da arroba chega a ser 50% superior ao primeiro semestre do ano, período em que normalmente se verificam três quartos do total de abates.

Um tipo de pecuária mais desenvolvida, a toda evidência, gera um rendimento maior do que uma exploração mais tradicional, ou convencional. Os riscos, obviamente, também aumentam, assim como as despesas, e será necessário verificar até que ponto o produtor será recompensado pelo aumento de produtividade que obtiver em seu empreendimento. Sem embargo, o raciocínio de muitas pessoas que entre nós opinam sobre o assunto trascorre como se o produtor rural devesse ser impregnado de uma burrice que o levasse a desconsiderar completamente que há custos a serem cobertos e a esquecer que existe algo chamado mercado.

De fato, parece que freqüentemente é esquecido que o aumento de produtividade pressupõe um preço compatível com os custos de produção. Um fazendeiro que esteja produzindo na Austrália, na França ou nos Estados Unidos, por exemplo, tem condições de planejar a sua atividade de modo a assegurar uma remuneração adequada ao seu produto. Para que sua atividade econômica transcorra sem sobressaltos, é imprescindível que o agropecuarista tenha garantia de que não será impedido de comercializar a sua produção no momento mais oportuno. No Brasil, contudo, as coisas não se passam assim. Com efeito, além do inverno rigoroso, que é um fenômeno natural característico do Sul, outro espectro ronda permanentemente a pecuária: a irresponsável e inconseqüente intervenção do Governo Federal na comercialização da carne bovina, que se traduz num verdadeiro desestímulo oficial ao setor. As freqüentes ingerências governamentais numa atividade que, pela sua própria natureza, tem um ciclo de produção longo causam-lhe danos consideráveis. Quem tem coragem de investir mais a fundo numa atividade que, além das oscilações sazonais de preços e das flutuações cíclicas que a caracterizam, ainda está exposta às vicissitudes de uma pretensa política econômica?

Lamentavelmente, nos últimos anos o Governo brasileiro tem colocado com muita freqüência entraves ao desenvolvimento da pecuária nacional. Talvez os casos mais contundentes digam respeito às despropositadas proibições de embarque de carne para o Exterior. Ainda que o País necessite desesperadamente aumentar suas exportações para fazer frente à sua gigantesca dívida externa, por interferência governamental nem sempre puderam ser mantidos e ampliados os mercados que, a duras penas, haviam sido conquistados no além-mar. Em particular, é a pecuária gaúcha que é afetada pela proibição das exportações de carne, uma vez que é no Rio Grande do Sul que se concentra o rebanho de melhor qualidade do País, tornando pos-

sível participar com competitividade até mesmo de um mercado tão seletivo como o é o da Cota Hilton.

Deve ficar claro que para o produtor rural, como para qualquer outro, interessa sobretudo a rentabilidade, que é o elemento mais importante na avaliação do resultado da atividade econômica praticada em moldes capitalistas. Esse indicador de desempenho, que em termos contábeis é a relação percentual entre o rédito positivo e os capitais próprios do empreendimento num certo intervalo de tempo, deve situar-se em nível adequado para que o investimento privado se justifique. De qualquer maneira, além do incentivo para investir, também é indispensável que haja capacidade para tanto, o que nos remete ao problema dos recursos.

Quanto a esse aspecto, é preciso enfatizar que a transformação da pecuária tradicional pressupõe a aplicação de uma soma de recursos de tal magnitude que o próprio setor não tem condições de gerar dentro das atuais condições. É inegável que a pecuária gaúcha pode ter um perfil inteiramente novo e que, por iniciativa particular de alguns criadores, começa a avançar e a tomar uma forma muito mais empresarial. Os recursos, entretanto, provêm de fora do setor. Em geral, é com a implantação de uma lavoura empresarial que a pecuária passa a dispor de toda uma gama de máquinas e equipamentos absolutamente indispensáveis para se poder dar início a um processo de mudança estrutural que conduza a uma maior produtividade.

Quando o preço do boi gordo para o produtor for compatível com os custos elevados que acompanham uma pecuária mais evoluída, será possível dar um salto significativo nos índices zootécnicos. Para se conseguir isso, será de decisiva importância o potencial genético que já existe nas propriedades gaúchas. Ademais, gente competente para levar avante um amplo programa de melhoramento da bovinocultura é o que não falta em nosso meio. A pecuária, de fato, já vive uma nova era graças aos avanços da biotecnologia, da genética e da informática. Por isso, é fundamental que o Governo se mantenha afastado do mercado e estimule a produção através da pesquisa e da assistência técnica.

De resto, parece claro que as profundas mudanças que se processam nos quadros da economia mundial abrem para a pecuária brasileira — e, em particular, para a do Rio Grande do Sul — amplas possibilidades de dela participar ativa e exitosamente. Os produtores rurais, com certeza, saberão responder à altura ao desafio da concorrência.